

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 28 de março de 2022 às 07h59*  
*Seleção de Notícias*

## MSN Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

**Veja quem é quem no imbróglio que levou ao bloqueio do Telegram . . . . . 3**

NOTÍCIAS | BRUNO B. SORAGGI

## Veja quem é quem no imbróglio que levou ao bloqueio do Telegram

NOTÍCIAS

SÃO PAULO, SP (FOLHAPRESS) - A decisão do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes de bloquear o Telegram no Brasil desencadeou uma mudança de postura daquela empresa.

O fundador, Pavel Durov, pediu desculpas ao Judiciário brasileiro e informou uma nova lista de compromissos a ser adotada pelo serviço de mensagens, como a checagem de informações e a sinalização de conteúdo falso. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) anunciou nesta sexta (25) que o Telegram aderiu ao programa de enfrentamento à desinformação nas eleições.

A empresa também nomeou um representante legal no país, o advogado Alan Elias Thomaz. Essa foi outra exigência de Moraes. Com o porta-voz, avalia-se que o Telegram receberá notificações da Justiça e terá maior articulação com instituições públicas.

A plataforma também excluiu links publicados em um canal do presidente Jair Bolsonaro (PL) e os perfis do influenciador bolsonarista Allan dos Santos e do servidor Claudio Lessa, que divulgava vídeos com ofensas a outros políticos. Com tais medidas tomadas, Moraes revogou a decisão.

Em paralelo à decisão contra o Telegram, o ministro trava há 21 meses o julgamento em que o STF discute de maneira colegiada a possibilidade de o Judiciário suspender aplicativos de mensagens.

Enquanto isso, um projeto de lei sobre fake news segue parado na Câmara dos Deputados. O texto, que já foi aprovado no Senado, tem como relator o deputado Orlando Silva (PC do B-SP).

ALEXANDRE DE MORAES

Alexandre de Moraes fez carreira no Ministério Público de São Paulo. No estado, foi secretário estadual da Justiça, secretário municipal de Transportes e secretário estadual de Segurança Pública. Também foi ministro da Justiça no governo de Michel Temer como presidente do Brasil. Foi Temer quem indicou Moraes para o STF, para a cadeira de Teori Zavasky, morto em um acidente aéreo em 2017.

Na corte, destacou-se como relator dos inquéritos das fake news, de atos antidemocráticos e que investigavam Jair Bolsonaro, apoiadores e aliados dele. Em constante conflito com o presidente, que já o chamou de "canalha", foi alvo de um pedido de impeachment protocolado pelo próprio Bolsonaro.

O presidente já atacou Moraes em diferentes ocasiões. Na última, justamente por causa do bloqueio do Telegram, disse que o magistrado promove uma "perseguição implacável" contra ele.

Além da suspensão do aplicativo, Moraes já emitiu outras determinações que desagradam a base bolsonarista. Entre elas estão os pedidos de prisão do deputado Daniel Silveira, dos influenciadores bolsonaristas Oswaldo Eustáquio e Allan dos Santos e do líder caminhoneiro Zé Trovão.

PAVEL DUROV

O russo Pavel Durov é o fundador e CEO do Telegram. Ele vinha ignorando decisões judiciais brasileiras. Depois da decisão de Moraes de bloquear o funcionamento do aplicativo no Brasil, Durov disse à corte que um problema técnico impediu a plataforma de receber notificações judiciais do Brasil.

"Parece que tivemos um problema com emails entre os endereços corporativos do telegram.org e o Supremo Tribunal Federal do Brasil. Como resultado

Continuação: Veja quem é quem no imbróglio que levou ao bloqueio do Telegram

dessa falha de comunicação, o tribunal decidiu bloquear Telegram por não responder", escreveu.

Durov pediu desculpas ao STF no texto publicado em seu canal no Telegram. A sede da empresa fica em Dubai, nos Emirados Árabes.

O fundador do aplicativo afirmou que, no final de fevereiro, o Telegram cumpriu uma decisão de Moraes e que respondeu ao ministro com a sugestão de que pedidos futuros de suspensão de perfis sejam enviados a um endereço de email dedicado.

Durov se referiu à ordem de Moraes de fevereiro, antecipada pela Folha, para que fossem bloqueados três canais ligados ao influenciador bolsonarista Allan Lopes dos Santos sob pena de suspensão e pagamento de multa. No dia seguinte, a plataforma cumpriu a determinação.

Ele diz acreditar que a resposta enviada ao STF tenha sido "perdida" pois as tentativas de contatos posteriores por parte do tribunal foram encaminhadas ao endereço antigo de email, que "tem um propósito mais amplo e geral".

O fundador e CEO do Telegram, Pavel Durov  
Albert Gea/Reuters  
O fundador e CEO do Telegram, Pavel Durov \*\*\*\*\* ALAN ELIAS THOMAZ

O advogado Alan Elias Thomaz, 34, foi escolhido por Durov para representar o Telegram no Brasil. A definição de um responsável por ser o porta-voz do aplicativo no Brasil foi uma das determinações impostas por Moraes para que o Telegram pudesse voltar a funcionar no país.

Thomaz atua para empresas no **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Privada), órgão federal responsável pelo registro de marcas no Brasil. No banco de dados do instituto ele figura como procurador de companhias de setores como o de cosméticos, alimentação e automotivo.

Além de **propriedade** intelectual, Thomaz se apresenta como especialista em assuntos como segurança cibernética, privacidade e proteção de dados na internet. Comanda escritório próprio em São Paulo. É sócio de empresa que oferece qualificação a profissionais nesse mesmo segmento, além de prestar consultoria em temas como LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Ele concorreu a uma vaga no Conselho Nacional de Proteção de Dados (ANPD), mas foi preterido por, segundo integrantes do grupo, ter pouca experiência no assunto.

## CLAUDIO LESSA

O jornalista Claudio Lessa é um dos responsáveis por um dos canais que Moraes pediu para bloquear na decisão que suspendeu o Telegram na última sexta (18). Ele é servidor da Câmara dos Deputados, onde é analista em Comunicação Social, com salário de R\$ 34 mil.

Ele já foi alvo de processo do governo da Bahia por disseminar fake news durante a pandemia. Lessa publicava vídeos quase todos os dias, geralmente com ofensas a políticos diversos e exaltação a Jair Bolsonaro.

## JAIRBOLSONAROBRAZIL/2030

O canal do presidente Jair Bolsonaro tem mais de 1,2 milhão de inscritos. Moraes determinou a exclusão de links que foram publicados naquele espaço, o que foi obedecido pelo Telegram.

O endereço virtual permitia acesso a documentos de um inquérito sigiloso da PF sobre ataque hacker ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

O material foi usado por Bolsonaro para lançar novos ataques infundados às urnas eletrônicas. O presidente passou a ser investigado em razão dessa divulgação.

Continuação: Veja quem é quem no imbróglio que levou ao bloqueio do Telegram

## ALLAN DOS SANTOS

O influenciador bolsonarista Allan dos Santos é o criador do site e canal de vídeos Terça Livre. Ele é considerado foragido da Justiça brasileira, já que está nos Estados Unidos desde que virou alvo de investigações de fake news e de ataques às instituições democráticas.

Em outubro de 2021, o ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão de Allan e solicitou a sua extradição, além da inclusão do nome dele em um canal da Interpol -o que não ocorreu.

O bolsonarista está banido das redes sociais, mas tenta driblar esse fato criando novas contas para publicar conteúdo até que seja identificado e bloqueado novamente. Ele utilizava o Telegram para divulgar as contas novas e conseguir rapidamente milhares de seguidores.

O pedido de suspensão do Telegram feito por Moraes teve entre os seus motivos o descumprimento de determinações anteriores da corte para o bloqueio de contas de Allan.

Três canais ligados a ele no Telegram foram bloqueados em fevereiro. Foi a primeira ordem judicial brasileira cumprida pelo aplicativo.

## ORLANDO SILVA

O deputado Orlando Silva (PC do B-SP) é o relator do projeto de lei das fake news que tramita na Câmara dos Deputados. O texto já foi aprovado pelo Senado em junho de 2020. Seu conteúdo busca instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Para Silva, o bloqueio ao Telegram foi duro, mas necessário.

O projeto de lei é extenso e traz diversas mudanças em relação a redes sociais como Facebook e Twitter e aplicativos de mensagem como WhatsApp e Telegram. Entre elas, regras de transparência em re-

lação à publicidade nas redes e proibição de contas falsas ou de robôs não identificados como tal.

Um dos objetivos do texto é enquadrar o Telegram, visto como uma das principais preocupações para as eleições de 2022 devido à falta de controles na disseminação de fake news.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o líder do governo na Casa, deputado Ricardo Barros (P-P-PR), têm externado posições divergentes sobre a prioridade a ser dada pelos deputados ao projeto que busca combater a disseminação de notícias falsas no país.

## EDSON FACHIN E ROSA WEBER

O STF julga uma ação que debate a legalidade do artigo do Marco Civil da Internet que permite a derubada de aplicativos de mensagens via decisão judicial. Em maio de 2020, Moraes pediu vista (mais tempo para estudar o caso) e até hoje não liberou o caso para voltar ao julgamento.

Até o momento, só dois ministros votaram no caso: Edson Fachin e Rosa Weber.

Weber se posicionou contra a possibilidade de suspensão de aplicativos desta natureza, e Edson Fachin seguiu a mesma linha, mas ressaltou que, em um "quadro de violação grave do dever de obediência à legislação", isso poderia ocorrer.

A discussão do assunto foi iniciada após decisões judiciais de primeira instância que bloquearam o WhatsApp. O processo em curso no STF, porém, discute de maneira mais ampla até onde vai o poder do Judiciário para suspender esses serviços.

Fachin também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ele propôs ao Telegram uma reunião na próxima quinta-feira (24) para discutir o combate às fake news.

Continuação: Veja quem é quem no imbróglio que levou ao bloqueio do Telegram

Em ofício enviado nesta terça (22) ao fundador e CEO do Telegram, Pavel Durov, Fachin também convidou a empresa a aderir ao Programa de Enfrentamento à Desinformação -dos quais já fazem parte Twitter e Instagram. Nesta sexta (25), o TSE anunciou que a empresa aderiu ao programa de en-

frentamento à desinformação nas eleições.

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual  
3

**Marco** regulatório | INPI  
3